



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Educação
Curso de Especialização em
Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça

ADRIANA CRISTINA DE OLIVEIRA SALGADO

PERCEPÇÕES DE MULHERES NEGRAS PROFESSORAS
SOBRE O MERCADO DE TRABALHO: UMA QUESTÃO DE
PELE

Brasília – DF

2014

ADRIANA CRISTINA DE OLIVEIRA SALGADO

PERCEPÇÕES DE MULHERES NEGRAS PROFESSORAS
SOBRE O MERCADO DE TRABALHO: UMA QUESTÃO DE
PELE

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito para obtenção do grau de Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça.

Professor Orientador: Franco César Bernardes

Brasília – DF

2014

Salgado, Adriana Cristina de Oliveira.

Percepções de Mulheres Negras Professoras Sobre o Mercado de Trabalho: Uma questão de Pele / Adriana Cristina de Oliveira Salgado. – Brasília, 2014.

34 f. : il.

Monografia (especialização) – Universidade de Brasília, Departamento de Educação - GPPGeR, 2014.

Orientador: Prof. Msc. Franco César Bernardes, Departamento de Educação.

1. Mercado de Trabalho, Gênero e Raça. 2. Inserção das mulheres negras no mercado de trabalho. 3. A Trajetória Histórica da Mulher Negra. 4. Métodos e Técnicas de Pesquisa. 5. Estudo de Caso. I. Título

ADRIANA CRISTINA DE OLIVEIRA SALGADO

PERCEPÇÕES DE MULHERES NEGRAS PROFESSORAS
SOBRE O MERCADO DE TRABALHO: UMA QUESTÃO DE
PELE

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de
Conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas
em Gênero e Raça do (a) aluno (a)

ADRIANA CRISTINA DE OLIVEIRA SALGADO

Prof. Msc. Franco César Bernardes

Professor-Orientador

Titulação, Nome
completo,

Professor-Examinador

Brasília, 15 de Junho de 2014

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, com amor e carinho.

Aos familiares, irmãos em especial meus sobrinhos amados.

Aos meus amigos, meu primo Roni, meus professores.

À todos aqueles que lutam por uma sociedade mais justa e igualitária.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus em primeiro lugar pela vida, pelas lutas e batalhas vencidas.

Agradeço o apoio de meus pais, que compartilham e me dão apoio, meus irmãos, em especial minha irmã Amanda.

Agradeço também aos amigos, primos que apoiaram e contribuíram de alguma forma para a realização desse trabalho.

Meu agradecimento aos professores do curso GPPGeR, em especial meu orientador, Franco Bernardes, por suas contribuições e motivação para a conclusão desse trabalho.

A mulher é o negro do mundo. A mulher é a escrava dos escravos. Se ela tenta ser livre, tu dizes que ela quer ser homem.

JohnLennon

RESUMO

O presente trabalho apresenta através de pesquisa bibliográfica, como a mulher negra apesar da desigualdade e discriminação, atua no decorrer da história no mercado de trabalho. Nos dias de hoje, através de Estudo de Caso pude evidenciar como foi a trajetória dessas mulheres que deixa claro a realidade de preconceitos, discriminação racial e suas lutas para escrever uma história de vida diferente de seus familiares, e antepassados, como podemos observar a evolução dessas mulheres no tocante a qualificação e mercado de trabalho, permanência e igualdade de oportunidades.

Palavras-chave: Mulher negra. Qualificação. Discriminação. Mercado de trabalho.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	09
1.1. Contextualização.....	11
1.2. Formulação do Problema.....	11
1.3. Objetivo Geral.....	12
1.4. Objetivo Específico.....	12
1.5. Justificativa.....	12
2. Referencial teórico.....	14
2.1. Mercado de trabalho, gênero e raça.....	14
2.1.1. Inserção das mulheres no mercado de trabalho.....	17
2.2. A trajetória histórica da mulher negra.....	19
3. Métodos e técnicas de pesquisa.....	22
3.1. Caracterização do local de pesquisa.....	22
3.2. Participantes do estudo.....	23
3.3. Caracterização dos instrumentos de pesquisa.....	23
3.4. Procedimentos de coleta e de análise de dados.....	23
4. Resultados e discussão.....	25
4.1. Estudo de Caso – a trajetória profissional de duas mulheres negras.....	25
4.2. Mulheres negras de uma escola.....	25
4.2.1. Uma batalhadora.....	25
4.2.2. Uma vencedora.....	26
4.3. Algumas conclusões acerca das percepções das trajetórias profissionais de mulheres negras.....	28
5. Considerações Finais.....	31
Referências.....	32

1. INTRODUÇÃO

A trajetória dos negros no Brasil é marcada por servidão, discriminação, violência. As mulheres negras, escravas além das atividades domésticas eram amas de leite e ainda tinham que servir sexualmente seus donos. Quando a abolição libertou os escravos, criou outra situação difícil, uma vez que economicamente falando não dispunham de condições para sua sobrevivência, assim morando em cortiços precisavam encontrar uma forma de ganhar sustento. As mulheres foram trabalhar como domésticas, pois era o serviço braçal a única possibilidade no mercado de trabalho, era disputado, porém ganhavam muito mal e trabalhavam sem horário fixo, sendo controlados pelos empregadores (ANDREWS 1988).

O acesso e a inclusão nos ambientes produtivos tem mostrado diferenças quanto às questões étnico-raciais, às formas de inclusão em processo de transformações organizacionais e tecnológicas. Ainda é possível notar tratamento diferenciado, onde alguns cargos são direcionados para homens e não para mulheres, alguns por disponibilidade de turnos ou por serem essencialmente masculinos.

Essas desigualdades e discriminações embora violem os Direitos Humanos e não sejam aceitas pelo meio jurídico do país, infelizmente refletem a situação a que mulheres negras, vítimas do racismo e do sexismo, estão submetidas, quando observados os indicadores sociais, as mulheres negras figuram nas piores posições em praticamente todas as áreas analisadas e, com isso, demonstram as suas condições de serem as mais discriminadas.

De acordo com a Constituição Federal, o artigo 5 prevê que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...” e no artigo 7 que: “proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil”.

A realidade, no entanto, é um pouco distinta: na entrada do mercado de trabalho, existem diferenças significativas entre mulheres e homens e brancos e entre negros. No que se refere às diferenças de gênero, os dados apontam para

uma participação bastante inferior, proporcionalmente, das mulheres no mercado de trabalho em comparação aos homens de 10 anos ou mais de idade. Com efeito, enquanto pouco mais de 50% das mulheres encontram-se empregadas ou à procura de emprego, esse percentual sobe para quase 73% quando analisamos o grupo masculino (IPEA).

Conforme dados da PNAD, em 2012, no Brasil, havia 6,4 milhões de trabalhadores domésticos, sendo que 92% são mulheres.

Em relação à carteira assinada, como por exemplo, para o trabalho doméstico, há uma diferença entre homens e mulheres. Em 2012, o emprego sem carteira para as trabalhadoras domésticas representava 72%. Houve uma piora em relação a 2011, em que o emprego sem carteira era de 70,7%. Em relação aos homens os dados melhoraram. Em 2011, eles eram 53% sem carteira e caíram para 51% em 2012.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), veio somar às lutas dos movimentos de mulheres, em muito contribuíram nesse processo de fortalecimento de políticas de gênero equidade e democracia.

De acordo com dados e pesquisas fica claro que a mulher negra é a que mais enfrenta discriminação além da manutenção de suas famílias, o papel que desempenham como empregadas domésticas remuneradas, uma das maiores categorias do país.

Foi pretendido mostrar aqui como o racismo e o preconceito interfere diretamente nas escolhas e possibilidades, sonhos dessas mulheres, embora a tecnologia, a globalização tenha influenciado e modernizado a sociedade, infelizmente ainda enfrentamos velhos problemas nesse sentido. A mulher tem evoluído, buscando com isso aperfeiçoar, estudar, tem se qualificado cada vez mais e dados de pesquisa têm evidenciado esse progresso, inclusive mostrado que estão em números, mais qualificadas que os homens, todavia, não alcançam remuneração compatível.

O presente trabalho traz um pouco da história da mulher negra ao longo da história desse país e as percepções de professoras negras através de seus depoimentos como chegaram ao mercado de trabalho e escolha da profissão.

No primeiro capítulo, foi abordado um pouco a trajetória da mulher negra, permeada por discriminação racial e preconceito.

Embora essas mulheres vivessem fechadas pelo preconceito algumas mulheres abriram escolas, publicaram livros, entretanto, as mulheres negras, escravas eram amas de leite, arrumadeiras, cozinheiras, além de servirem sexualmente seus senhores. Com a Abolição, lutaram para conquistar posições, condições mais dignas, todavia algumas continuaram exercendo atividades domésticas.

No segundo capítulo, a busca por visibilidade, democracia, cidadania, igualdade fizeram as mulheres negras engrossarem os movimentos feministas em busca de melhores oportunidades de formação e remuneração, embora a desigualdade socioeconômica está relacionada à discriminação racial no mercado de trabalho.

No terceiro capítulo, há depoimentos que retratam a realidade, trajetória e percepções de professoras negras de uma escola pública do Distrito Federal, onde revelam suas histórias de vida, profissionalização e como a discriminação de gênero e raça interferiu nesse processo, caminhada.

1.1. Contextualização

O trabalho foi realizado por meio de pesquisas e estudos que retratam um pouco da trajetória da mulher negra, dando enfoque às percepções de professoras negras de uma escola pública do DF, mostrando como suas vidas foram marcadas pela discriminação de gênero e raça e como essa questão influenciou também a escolha de suas carreiras. Procurou-se também ressaltar a importância da escola e dos movimentos sociais unindo forças na luta por igualdade.

1.2. Formulação do problema

Por meio de Estudo de Caso com mulheres negras professora de escola pública do DF, buscou-se entender sua escolha profissional e como está a mulher negra no mercado de trabalho. Com o seguinte questionamento: O fato de serem

mulheres (gênero) e negras (raça) comprometeu suas escolhas e trajetórias profissionais?

1.3. Objetivo Geral

Compreender como as mulheres negras estão em relação à qualificação, remuneração, acesso e permanência no mercado de trabalho. Além disso, evidenciar por meio de Estudo de Caso, a realidade, trajetória, luta de professoras negras do Distrito Federal, em especial no tocante à suas trajetórias profissionais em face à questão de gênero e raça.

1.4. Objetivos Específicos

- Analisar a situação da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro, em relação ao ingresso, qualificação, remuneração e permanência.
- Considerar, a partir de Estudo de Caso, a trajetória de mulheres negras, professoras no mercado de trabalho, bem como os fatores prejudiciais e/ou facilitadores de ascensão no mercado de trabalho.
- Mostrar por meio de Estudo de Caso, objetivando através da pesquisa, um pouco da realidade dessas mulheres, como também a importância de lutas por melhores condições de vida e de trabalho.

1.5. Justificativa

Por meio de estudos feitos durante o curso que proporcionaram a busca por conhecer um pouco mais sobre o tema em questão, foi despertado o interesse em falar sobre a questão das mulheres negras. Mulheres que em toda trajetória na história desse país enfrentaram a discriminação, preconceito, violência, todavia, foram a luta por melhores condições de vida, assim como outras mulheres que também lutaram e graças a essas lutas, hoje a mulher conquistou espaço no mercado de trabalho.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) é um exemplo dessas conquistas. Contribui para consolidar as políticas para as mulheres com

destaque a transversalidade de gênero nas políticas interministeriais, objetivando a equidade e a democracia.

Segundo ensina Joaquim Barbosa Gomes (2001), as ações afirmativas, em um primeiro momento, instigaram e encorajaram as autoridades públicas, sem as obrigar, a tomar decisões em prol de grupos flagrantemente excluídos, considerando a raça, cor, sexo e origem nacional das pessoas, fatores que, até então, consideravam-se irrelevantes.

As mulheres negras, infelizmente, ainda sofrem com a desigualdade de gênero e cor. Ainda são as mais discriminadas, que mais trabalham em serviços domésticos, as que mantêm seus lares, as menos qualificadas para o mercado de trabalho, as que ganham menos de acordo com pesquisas do PNAD, IBGE, IPEA, DIEESE.

Mostrou-se, por meio de Estudo de Caso, um pouco da realidade dessas mulheres, como também a importância de lutas por melhores condições de vida e de trabalho. A importância de fazer valer seus direitos a melhores oportunidades de trabalho, educação, qualificação, creches e políticas públicas específicas que garantam seus direitos. Assim, para que o trabalho contribua para que esse grupo específico tenha a devida visibilidade e que seus direitos como cidadãos sejam reconhecidos. Diante disso, ainda tem muito que lutar e caminhos a trilhar.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Mercado de Trabalho, Gênero e Raça

De acordo com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), sabemos que a busca pela igualdade e o enfrentamento das desigualdades de gênero vem sendo construídas por mulheres de diferentes camadas, ou seja, com maior e menor visibilidade.

“Nas últimas décadas, o movimento das mulheres brasileiras ganhou novas características e se firmou como sujeito político ativo no processo brasileiro de democratização e de participação política, cuja extensão inseriu a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça. Entretanto, ainda existem muitas brasileiras que sofrem com as mais diversas formas de violência, discriminação e salários desiguais. Uma boa parte da população feminina ainda não tem acesso a bens e serviços fundamentais, o que acentua a persistência de relações desiguais de poder entre mulheres e homens na sociedade. O PNPM tem impacto direto na vida das mulheres e reflete a convicção de que, mediante articulação e monitoramento para implementação de suas ações, permite construir um país mais justo, mais desenvolvido, mais igualitário e mais participativo”.

Conforme pesquisas, IPEA/PNAD em 1992, por exemplo, o rendimento médio dos homens negros representava 49,2% do rendimento dos brancos. Este patamar de diferença variou um pouco entre 1992 e 2007, mas até 2004 não se notou grandes avanços.

É a partir de 2004 que o rendimento dos homens negros dá sinais de recuperação, alcançando 54,2% do rendimento dos homens brancos em 2007 – uma recuperação lenta demais para o tamanho do horizonte de análise. As mulheres negras, contudo, a tendência de redução dos diferenciais de rendimentos figura um pouco mais nítida. Enquanto o rendimento das mulheres negras representava 38,2% do rendimento/hora dos homens brancos em 1992, esta diferença se reduziu paulatinamente até atingir 48,7% em 2007.

A relação entre o rendimento/hora de um homem negro em relação a um homem branco é de 75,7% na faixa etária dos 18 aos 24 anos, diminuindo até alcançar 42,9% na faixa dos 55 aos 60 anos. As mulheres negras, por sua vez, ingressam no mercado de trabalho ganhando 69,1% do rendimento/hora dos

homens brancos entre os 18 e 24 anos, e terminam com rendimentos que representam 38,6% dos rendimentos dos homens brancos. Em ambos os casos, é possível notar que a discriminação no mercado de trabalho possui um efeito cumulativo sobre o rendimento de mulheres e negros ao longo de sua trajetória laboral.

Em 2002 as mulheres comandavam 25,5% do total de residências do país, em 2009 eram responsáveis por mais de 35%. Um recorte de raça/cor permite observar que, em grande parte das unidades da Federação, as chefes de domicílio em sua maioria são negras ou pardas, exceção feita aos estados do Sul e a alguns do Sudeste e Centro-Oeste, segundo pesquisa do PNAD 2009.

Pode-se observar através das pesquisas que de acordo com a trajetória histórica, temos evidenciado uma diminuição da discriminação, porém de forma lenta. Todavia, observa-se que a discriminação no tocante aos rendimentos entre homens e mulheres, negros e brancos ainda persistem e pouco se modificaram.

As mulheres vêm questionando nos espaços públicos e privados a rígida divisão sexual do trabalho. Diante disso, contribuem para mudar as relações desiguais de poder, buscando assim garantir oportunidades iguais para todos. Pensar em políticas de gênero que envolvam ações e práticas políticas e governamentais ou seja, a transversalidade combinando ações que permitam a igualdade de gênero.

Com o movimento das mulheres contribuiu com a participação política e democratização onde também houve a inserção da luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e raça embora ainda sofram violência, discriminação e desigualdade salarial. Parte delas ainda não tem acesso à serviços fundamentais e bens confirmando assim as relações desiguais entre homens e mulheres.

Embora, no Brasil, foi possível eleger uma Presidenta, ter mulheres que alcançaram postos de diretoria, gerências e bons empregos, sendo mais velhas, casadas, mães. Por outro lado, pode-se ver que as mulheres ainda são maioria no mercado informal e em atividades consideradas precárias, cuidam do lar, dos filhos, de membros da família, seguindo a tradição das mulheres de suas famílias e precisam trabalhar fora para o sustento, criando dupla, tripla jornada de trabalho, isso dificulta conciliar o trabalho e a família e, diante dessas dificuldades, ficam impossibilitadas de qualificarem-se para o mercado de trabalho e melhorarem suas condições de vida.

Paul Singer (1998) afirma que, à medida que a mulher negra ascende, aumentam as dificuldades especialmente devido à concorrência. Em serviços domésticos que não representam prestígio não há concorrência e conseqüentemente as mulheres negras têm livre acesso e é nesse campo que se encontra o maior número delas. A população negra trabalha, geralmente, em posições menos qualificadas e recebe os mais baixos salários.

A presença expressiva das mulheres negras em empregos, atividades domésticas onde ganham pouco, o equivalente ao salário mínimo, que é uma referência básica de piso salarial dos trabalhadores, é aquém do aceitável para sobrevivência de uma família, de acordo com o que prevê a Constituição Federal.

A necessidade de autonomia econômica e a igualdade entre homens e mulheres nas questões de trabalho e remuneração são fatores fundamentais que possibilitam a redução ou erradicação da pobreza, e a participação das mulheres no desenvolvimento do país.

Ressaltar a importância da criação de políticas públicas específicas para as mulheres negras, onde sejam ofertados serviços públicos de qualidade como habitação, saúde, educação, creches, podem ser garantia de qualificação e ingresso ao mercado de trabalho com possibilidade de melhoria na qualidade de vida, minimizando, combatendo as desigualdades, além de ações, políticas, ações afirmativas de combate as discriminações de cor/raça e gênero. Quanto às ações afirmativas, segundo Joaquim Barbosa Gomes:

“as ações afirmativas consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade. (...) Constituem, por assim dizer, a mais eloqüente manifestação da moderna idéia de Estado promotivo, atuante, eis que de sua concepção, implantação e delimitação jurídica participam todos os órgãos estatais essenciais, aí incluindo-se o Poder Judiciário, que ora se apresenta no seu tradicional papel de guardião da integridade do sistema jurídico como um todo, ora como instituição formuladora de políticas tendentes a corrigir as distorções provocadas pela discriminação” (GOMES, 2001: 06-07).

2.1.1. Inserção das Mulheres Negras no Mercado de Trabalho

Em meados dos anos 70, em plena ditadura militar, a luta pela democracia pelas desigualdades sociais, a conquista da cidadania, em meio a isso as mulheres negras aparecem implícitas em função da suposta igualdade entre as mulheres como também não foi considerado as diferenças entre homens e mulheres, não tendo sido visto como desiguais, nem a diversidade entre esses movimentos.

Diante disso, as mulheres negras buscaram conquistar maior visibilidade como sujeitos políticos perante a sociedade e construindo seu próprio movimento independente de mulheres negras além da parceria com o movimento feminista.

Entendendo que as mulheres negras são vistas como cidadãs de segunda categoria, questões como racismo ainda são tabu, sendo assim as conquistas do movimento feminista privilegiaram as mulheres brancas em detrimento das mulheres negras.

A necessidade econômica, a realização individual e a profissional, bem como o desejo de autonomia e independência, influenciado pelos movimentos feministas, são razões motivacionais para sua inclusão no trabalho. (PICANÇO, 2005, p. 150).

Nesse período as mulheres passaram a trabalhar fora de casa, tornando-se mulheres economicamente ativas, atuando em várias áreas profissionais.

Segundo a Revista Observatório Social (2004), as mulheres ganham menos que os homens, e essa diferença de rendimento não dependem do grau de formalização da atividade, função ou cargo exercido, ou do nível de escolaridade. Uma das explicações para a desigualdade esta no fato de que as mulheres ocupam mais frequentemente setores de atividade econômica que tradicionalmente pagam salários menores: como prestação de serviços domésticos, pessoais e outros serviços não especializados. Melhores níveis de escolaridade têm como contrapartida rendimentos mais elevados, regra geral. No entanto, não significam igualdade de remuneração no caso das mulheres. Discriminação quanto ao preenchimento de cargos e funções: conforme Medeiros, Revista observatório social (2004), as mulheres ocupam mais empregos no setor público, enquanto aos homens são reservados empregos no setor privado.

Segundo o IBGE (2000), mais da metade das mulheres no Brasil – 56,1% – tem mais de 12 anos de estudo. Embora possua taxa de escolaridade superior à do homem, somente 4,3% delas ocupam funções de direção em empresas, o rendimento-hora do trabalhador cresce sensivelmente a partir do décimo segundo ano de estudo. No Brasil de cada 10 cargos executivos existentes nas grandes empresas, apenas um é ocupado por mulheres; no nível de gerência, dois cargos são das mulheres e oito dos homens; nas chefias, as mulheres são três e os homens, sete; as mulheres também estão em menor número no chão das fábricas e nos cargos funcionais e administrativos; 3,5 contra 6,5” (Revista Observatório Social 2004, p. 7).

A ONU reconhece a luta das mulheres, estabelecendo o dia oito de março como o Dia Internacional da Mulher, uma indicação proposta no II Congresso das Mulheres Socialistas, em 1910, pela comunista Clara Zetkin, pela luta das mulheres.

O art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

De acordo com o artigo 7 inciso XX da Constituição Federal, “proteção ao mercado de trabalho da mulher mediante incentivos específicos, nos termos da lei” visando minimizar a discriminação que é alvo da mulher no mercado de trabalho. Também o artigo 5 da CLT como no exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil. O inciso XXV da constituição assegura “assistência gratuita aos filhos, dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches, escolas” e o inciso XVIII da “licença a gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias”.

No decorrer da história denunciar desigualdades sociais, políticas, trabalhistas entre homens e mulheres, organizações feministas também questionam as razões dessas desigualdades.

Poucos autores reconhecem a discriminação como um fator que explica os diferenciais socioeconômicos por raça no Brasil. (Silva, 1980). O debate sobre a discriminação racial no mercado de trabalho brasileiro tem duas linhas, discutidas em vários estudos. (Hasenbalg, 1979; Silva, 1980; Oliveira et al. 1983; Lovell, 1989; Silva, Hasenbalg, 1992; Henriques, 2001). Alguns acreditam que brancos e negros tem as mesmas oportunidades econômica e social, educação e renda. Outros

afirmam que as diferenças ocupacionais e salariais por raça estão relacionadas à discriminação no mercado de trabalho.

Menos atenção foi direcionada às implicações dos diferenciais por raça entre as mulheres. (Soares, 2000; Henriques, 2001). Explorar o impacto das mudanças que variam entre as mulheres brancas e negras pode ser elucidativo. Este interesse em resultados femininos advém de uma preocupação de que as mulheres negras estão de várias formas em posições desfavorecidas no mercado de trabalho, na família e na sociedade como um todo. (Blau, 1998).

O racismo sempre esteve presente de forma camuflada assumindo por vezes formas estéticas, possui em sua essência histórica a discriminação e negação dos direitos do negro enquanto cidadãos brasileiros. Para superarmos o racismo, precisamos entender que esse é um problema de todos nós.

No mercado de trabalho, no momento da seleção de um candidato, por exemplo, ele não é visto apenas pela capacidade profissional, mas sim pela cor e aparência. No ambiente escolar, os negros são tratados de forma diferenciada, e para acabar com isso deve haver cursos que capacitem e conscientizem o educador, programas que o levem a analisar criticamente o racismo na educação, objetivando a luta pela superação do preconceito. Uma vez que nosso país com tamanha diversidade racial, vivemos em contradição cultural, diante disso precisamos vencer essas questões. A família e a escola devem estar de mãos dadas nessa luta.

A luta das mulheres ao longo da trajetória acompanha o desenvolvimento humano, foi marcada através dos movimentos sociais, da instituição familiar, como ser humano, mãe, profissional e outros papéis, na luta pela construção de uma sociedade mais igualitária.

2.2. A Trajetória Histórica da Mulher Negra

Entre o século XIX e XX, a preocupação com o contato sexual-afetivo entre os povos era visto como um perigo para qualquer Nação que pretendesse alcançar o mais alto grau de evolução racial e social, com isso a tentativa de embranquecer as populações não-brancas, como africanos e seus descendentes, índios e mestiços que habitavam o Brasil (SCHWARCZ, 1993).

Para Vianna (1933), a etnia branca “refinaria a raça e imporá aos tipos mestiços os seus caracteres somáticos como psicológicos”(VIANNA, 1933, p. 188).

Nessa época, as mulheres viviam fechadas pelo preconceito e pela rígida indigência cultural. Em 1827 surgiu a primeira legislação que permitiu a abertura de escolas públicas femininas e até então as opções eram uns conventos, que guardavam, protegiam as meninas para o casamento, professoras particulares, todos se ocupando apenas com as prendas domésticas. Essas mulheres estenderam seus conhecimentos à outras, publicaram livros, abriram escolas enfrentando assim aqueles que diziam que as mulheres não precisavam aprender a ler e escrever.

De acordo com a obra Freyre, que consolidou uma imagem estereotipada da mulher negra, tida como objeto de desejo sexual além da passividade nas relações racial-sexual-afetiva entre negros e brancos e com isso anulando seu papel ativo em lutas de resistência contra a escravidão e a dominação patriarcal (FREYRE, 1995).

Segundo Giacomini (1998) a lógica patriarcal-escravista não apenas se apropriou da escrava como ama-de-leite, cozinheira, arrumadeira e mucama dos filhos das famílias branca e seu corpo como objeto sexual dos senhores. Sobre as barbáries cometidas nessa época, Helio Santos nos relata algumas delas:

“Além da tortura, como recurso para exigir trabalho e obediência, consta ainda um vasto inventário de práticas criminosas cometidas por senhores e sinhás que, por ciúme, crueldade ou prazer, cometiam abusos de toda ordem. Nesse rol de crimes temos desde a sodomização de crianças ao popular pelourinho, onde muitos negros foram chibatados até a morte. Muitos desses absurdos eram feitos por sinhás, desprezadas pelos senhores maridos que buscavam prazer com suas escravas. Foi rotina na escravidão brasileira arrancar dentes e seios de negras “preferidas” e até mesmo sacrificar os bebês ilegítimos. No campo da tortura a criatividade não tem limites: ora era um bebê morto a garfadas por uma sinhá enciumada no Maranhão; ora era o padre que mandava sacrificar sua escrava-amante, empalando-a com um pau pelo ânus. (...) poderia também se tratar dos diversos negros lançados como lenhas vivas nas fornalhas dos engenhos. Esse inventário macabro e absurdo foi selecionado para evidenciar duas coisas importantes: (a) a naturalidade com essas coisas eram feitas. Rigorosamente não se tratava de violência. (...) (b) a violência com que se lastreou a escravidão, para se manter por 350 anos, resultou numa nefasta cultura que legítima reações de opressão/sujeição que, infelizmente, nem todos notam.”

De acordo com Florestan Fernandes (USP) em tese, revelam que após a Abolição da Escravatura, as relações com pessoas de cor seria parte de um processo de herança cultural escravista que foi se desestruturando com o advento da sociedade industrial moderna.

Arranjos familiares onde a família negra era “incompleta”, constituída por mãe solteira, filhos e outros, amasiamento entre casais de cor, a poligamia, mulheres negras sem parceiro, “homens de cor” que viviam desempregados e na marginalidade, mulheres negras solitárias com a árdua tarefa de lutar pela sobrevivência de seus filhos, a desorganização no meio negro gerada pela escravização e modernização.

Quando ocorreu a Abolição no Brasil, embora não houvesse apoio do Estado, as mulheres negras lutaram para se inserir na sociedade em condições mais dignas, enfrentando preconceitos em virtude de seu sexo e cor. Todavia, quando tudo conspirava contra suas vidas, combateram preconceitos e afirmaram posições conquistadas. Embora tenham trabalhado na economia do açúcar e café, foram mais marcantes na economia de subsistência, em feiras, mercados de várias regiões do país.

3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Quanto aos aspectos metodológicos a pesquisa é qualitativa, pesquisa bibliográfica onde foram utilizados como referência dados de pesquisas feitas por órgãos como: IBGE, DIEESE, IPEA e PNAD.

As principais características dos métodos qualitativos são a imersão do pesquisador no contexto e a perspectiva interpretativa de condução da pesquisa (Kaplan & Duchon, 1988). Na pesquisa qualitativa, o pesquisador é um interpretador da realidade (Bradley, 1993). Entendendo que nesse tipo de pesquisa revela áreas de consenso, tanto positivo quanto negativo, nos padrões de respostas. Ela também determina quais idéias geram uma forte reação emocional. Além disso, é especialmente útil em situações que envolvem o desenvolvimento e aperfeiçoamento de novas idéias.

A pesquisa foi organizada de forma a explicitar a trajetória histórica de gênero e raça envolvendo as questões de qualificação profissional, com base em estudos realizados sobre o tema, bem como depoimentos realizados através de Estudo de Caso com duas professoras negras de uma Escola Pública do DF, onde expressaram suas opiniões de acordo com suas histórias de vida, o ingresso, qualificação, remuneração e permanência no mercado de trabalho, percepções de uma realidade.

A pesquisa compreenderá pesquisa bibliográfica que deu origem a uma revisão literária e através dessa revisão, propiciar o entendimento sobre as desigualdades de gênero e raça que impedem a igualdade de gênero no tocante à qualificação profissional e o mercado de trabalho que, por sua vez é gerador de desigualdade e equidade. A partir de uma busca bibliográfica que envolvam leis, programas, livros, dentre outros.

3.1. Caracterização do Local de Pesquisa

A escola foi fundada em 1971, possui atualmente Diretor e vice, supervisora, orientadora, 3 coordenadoras, 5 merendeiras, 5 servidoras de limpeza, 2 vigias noturno, sala de recursos, Equipe de Apoio à Aprendizagem, 20 professores, 3 servidores de secretaria, sala de informática, sala de leitura, 800 alunos, quadra de esportes, 1 mecanografia, 01 sala de vídeo

Os depoimentos foram coletados das duas professoras negras que atuam nessa escola pública, responderam as questões por meio de entrevista com o conhecimento da instituição, além disso, fiz pesquisa de artigos e trabalhos disponibilizados na internet.

3.2. Participantes do Estudo

Foi elaborado um roteiro de perguntas, para entrevista de duas professoras negras, tendo em vista que esse era o público alvo em questão e que lecionam na mesma escola. As professoras demonstraram interesse pelo tema e revelaram suas histórias de vida de forma sigilosa, tendo o cuidado de usar nomes fictícios, além de não identificar o nome da escola.

3.3. Caracterização dos instrumentos de pesquisa

Este estudo utilizou o questionário como instrumento de pesquisa, realizado no mesmo local de trabalho e em sala reservada. Os resultados foram organizados em forma de capítulos e apresentados como narrativa.

3.4. Procedimentos de coleta e de análise de dados

Surgiram dificuldades ao encontrar o material necessário para a pesquisa, uma vez que não há muito estudo sobre a temática. A busca feita pela internet permitiu observar alguns trabalhos realizados por outros profissionais, em formato PDF. Em seguida, os dados foram selecionados e coletados de acordo com área de interesse para realização desse trabalho.

Na segunda parte foi feito um roteiro, questionário, as perguntas foram relativas a história de vida, escolha profissional, discriminação e preconceitos que enfrentam/enfrentaram ao longo da vida. Aplicado na escola com as professoras negras, público alvo desta pesquisa, e, em seguida, foi feita a coleta de informações por meio de seus depoimentos, estes utilizados para retratar como foi a construção de suas histórias até alcançarem uma posição social e profissional.

Identificou-se boa vontade por parte das entrevistadas, pois suas vidas servem como exemplo para muitas mulheres. Superaram dificuldades e hoje são

consideradas vencedoras por vivem uma realidade diferente de tantas outras que lutaram e outras que morreram por lutarem por liberdade e igualdade.

4. Resultados e discussão

4.1. Estudo de Caso – a trajetória profissional de duas mulheres negras

As mulheres negras infelizmente ainda sofrem com a desigualdade de gênero e cor, ainda são as mais discriminadas, que mais trabalham em serviços domésticos, as que mantêm seus lares, as menos qualificadas para o mercado de trabalho, as que ganham menos de acordo com pesquisas do PNAD, IBGE, IPEA, DIEESE.

O presente trabalho mostra, por meio de Estudo de Caso, um pouco da realidade dessas mulheres, como também a importância de lutas por melhores condições de vida e de trabalho. A importância de fazer valer direitos à melhores oportunidades de trabalho, de educação, qualificação, creches e políticas públicas específicas que garantam seus direitos. Espero que contribua para que esse grupo específico tenha a devida visibilidade e que seus direitos como cidadãs sejam reconhecidos, diante disso ainda há muitas lutas e caminhos a trilhar.

Entender que a trajetória de professoras negras traz uma contribuição para o campo da educação, através de suas histórias, reflexões e prática, onde fomenta a discussão quanto as questões de gênero e raça. Para investigar essa questão, realizei um estudo de caso com informações fornecidas por duas professoras de escola pública em Ceilândia, Distrito Federal, em 2014.

A partir de seus relatos de vida e suas visões em relação ao mundo do trabalho e social. Diante de seus relatos podemos perceber quão necessárias as discussões dentro do ambiente escolar onde envolvam professores, alunos, pais, tendo como objetivo estabelecer um espaço que promova a equidade, uma vez que o ambiente escolar interfere no processo de construção de identidade e a escola é um lugar onde as pessoas passam boa parte de suas vidas, sendo assim carregam lembranças e experiências de vida social.

4.2- Mulheres negras de uma escola

4.2.1. Uma batalhadora

Ao narrar a sua história, conta que sempre sonhou em ser uma jornalista mas, como achou difícil conseguir ingressar na carreira em função do preconceito, salário, acúmulo de funções pela sua vida pessoal, pois além de trabalhar fora atua em casa também.

“Venho de uma família de nordestinos onde o homem pode tudo e a mulher obedece, sem diálogos e muitos tabus. Fui dona de casa aos 9 anos de idade, responsável por tudo, pela feira, supermercado, médico, lavar, passar, cozinhar, serviços bancários, inclusive todos os cuidados com os irmãos, além das tarefas escolares. Até hoje sou responsável por tudo, ajudo todos a resolver seus problemas.

Para minha família, a única profissão possível seria professora, dei sorte de casar, ter minha casa própria, emprego público, salário fixo. Entretanto, continuo cuidando de tudo para todos da família”.

Conta também que enfrentou discriminação no ambiente familiar “por ser negra e escolher um marido também negro, existia a intensão de clarear a família uma vez que os homens negros preferem as loiras, inclusive o marido também questionado pelos amigos pela escolha de uma mulher negra para casar-se”.

Acredita que o preconceito e a discriminação com a mulher negra é camuflado, que o assédio por parte dos homens que acham que podem fazer o que querem com elas, mas que as mulheres precisam se impor, evitando situações que levem ao constrangimento.

Com as políticas públicas de gênero e raça, acredito que é um ponto de partida, mas que as lutas por espaço e valorização devem ser uma constante, pois a mulher tem que mostrar o tempo todo sua capacidade. Acredita-se que a escola ainda é um espaço feminino, que os homens enfrentam dificuldades de se afirmarem nessa profissão com crianças. A luta feminina pela igualdade de direitos é antiga e deve continuar.

4.2.2. Uma vencedora

Escolheu a profissão de professora por conselho da irmã, no intuito fazer magistério para conseguir logo um emprego. Em sua família, há várias professoras, e sendo de uma família muito humilde, essa seria a melhor solução. Hoje, exerce com alegria pois adora essa profissão. Sonhava em ser militar, mas gosta do que faz atualmente.

Vê dificuldades para as mulheres, pois embora exerçam boas funções, muitas ainda ganham um salário inferior aos homens que ocupam as mesmas funções mesmo mostrando suas capacidades, exceto no serviço público. Quanto às mulheres negras, a questão da cor, o preconceito existe, diz escutar relatos de que quanto fazem entrevista de emprego, mesmo que tenha um currículo melhor, mas perde pela cor, aparência conta muito, principalmente em shoppings. Com a mudança, essa lei obriga a contratar negros, contratam por obrigação. Como identificado na fala a seguir:

“minha mãe mesmo com pouco estudo, além de minha família sempre me incentivou a estudar, a ter um lugarzinho ao sol. Sempre tive incentivo, sempre estudei e sabia que para ser alguém na vida precisava me preparar, qualificar”.

Sempre enfrentou discriminação, tanto que sempre que formava grupinhos de amigos, ela ficava excluída. Mesmo tendo seu canto, tendo seu trabalho ainda vivia isso, tem seu cabelo crespo. “Minha mãe sempre alisou meu cabelo, tanto que hoje tenho o cabelo com a estrutura destruída de tanto alisante que ela colocou para ficar liso, devido a própria sociedade que diz que o cabelo tem que ser liso, tem que ser branquinha de olho azul. Sempre tive problema de autoestima, me sentia inferior aos outros, devido à TV, sempre mulheres brancas de olhos claros, virou um estigma que deixaram marcas, hoje tento tirar isso da minha vida.

Hoje, as pesquisas mostram que os negros são os que menos se formam, que ficam pelo caminho, um dos fatores principais é o econômico, sei que tem pessoas que se preparam mais, tem condição de pagar um cursinho, então essa pessoa tem condição de se preparar melhor, mas os negros não tem, as cotas vieram favorecer, acho que veio reparar uma injustiça que acontece há anos. Sou a favor, todos falam que os direitos são iguais, mas acho que para o negro conseguir espaço, sem as cotas ele não vai, tem que batalhar de igual para igual, é uma garantia, uma forma de reparar esses danos que os negros enfrentam desde a escravidão, foram jogados ao léu, sem estrutura familiar, não tiveram acesso a escola. Isso tudo tem consequências até hoje, então as cotas é uma forma de reparação.

O preconceito existe, a diferença é que no Brasil está na pele, na cor. Ser a favor do sistema de cotas é pensar em mudanças em todos os setores, porque há

muito discurso, mas na verdade só sabe quem é da cor. Na educação as mulheres vêm crescendo, ganhando espaço, mostrando sua capacidade e acho que sua determinação ajuda a mulher a ocupar mais espaço e o homem subestima a capacidade da mulher. Sou uma defensora da raça negra!”

O presente trabalho tem um pouco da história da mulher negra ao longo da história desse país e as percepções de professoras negras através de seus depoimentos como chegaram ao mercado de trabalho e escolha da profissão.

4.3. Algumas conclusões acerca das percepções das trajetórias profissionais de mulheres negras

Diante dos depoimentos, ficou evidente a maneira como a sociedade encara a questão racial e como essas professoras negras cresceram e escolheram essa profissão. Como o racismo e o preconceito interferem diretamente nas escolhas e possibilidades, sonhos dessas mulheres, embora a tecnologia, a globalização tenha influenciado e modernizado a sociedade, infelizmente ainda enfrentamos velhos problemas nesse sentido.

A mulher tem evoluído, buscando com isso aperfeiçoar, estudar, tem se qualificado cada vez mais e dados de pesquisa têm evidenciado esse progresso, inclusive mostrado que estão em números, mais qualificadas que os homens, todavia, não alcançam remuneração compatível.

No aspecto familiar, os pais acham que casar na condição delas já “é lucro”, é motivo de espanto também de pessoas, amigos, principalmente se o companheiro também é negro, afinal, “homem negro gosta de loiras”. Amizades também é algo difícil, pois as pessoas “olham atravessado, não querem aproximações, maiores vínculos”. Relatam que embora todos digam que vivemos uma democracia e somos iguais, sentem que o preconceito ainda é grande e veem isso nas relações pessoais e de trabalho.

Quanto ao mercado de trabalho, revelam que nem sempre é possível trabalhar naquilo que deseja. Na maioria dos casos, a pessoa é levada à escolher determinadas funções de acordo com as conveniências, comodidade. Tinham outras áreas de interesse, mas ser professora poderia ser uma forma de ser respeitada, “profissão de mulher”, principalmente na educação básica, com crianças e adolescentes.

Escolheram o serviço público porque possibilita uma estabilidade, onde o ingresso é feito através de concurso público, de forma democrática, o salário é igual para todos independente de gênero e raça, enquanto que no setor privado, dizem que só é admitido “quem tem boa aparência, loiras, bonitas”, “mulheres negras não ocupam vagas em shoppings, lojas de grife, bons empregos e cargos”.

É questionável a opção profissional de magistério, de que foi uma escolha ou opção, diante de uma realidade em que ser mulher negra e pobre, ser professora é a melhor opção que possam ter?

As mulheres negras sempre lutaram pela escola e por melhores condições de vida, deixaram de ser lavadeiras, empregadas domésticas, “mudaram de posição”. Sua entrada para o magistério significou a democratização da escola, da educação, do saber, para as camadas populares embora saibamos que o status de professora não é mais o mesmo de décadas atrás.

Percebi como a questão de gênero e raça exerce grande influência na vida pessoal e profissional dessas mulheres. Embora os temas transversais do Ministério da Educação, Parâmetros Curriculares Nacionais, os (PCN’S) foram criados com a intenção de trabalhar questões de pluralidade cultural, orientação sexual é importante citar que mesmo sendo uma política educacional as discussões ainda são tímidas na prática do cotidiano escolar.

As relações com as pessoas e o meio educacional precisam ser trabalhados, pois a questão racial é de identidade, precisa ser construída gradativamente através de trabalho realizado com as famílias, com os alunos e claro, com o grupo profissional da escola.

Ao discutir sobre as relações raciais e de gênero surge o reconhecimento do outro perante a sua diferença. É preciso compreender que a escola deve ser um espaço onde todos possam ingressar, estudar e concluir essa etapa e possam fazer um curso superior tendo o direito a uma formação e qualificação que permita que todos tenham um futuro profissional e pessoal digno e igualitário.

Entende-se que a base familiar como elo mais importante na vida do indivíduo e que tem como tarefa educar para vida, a famosa “educação de berço”, precisa ter como princípio uma formação isenta de preconceitos, embora saibamos de suas dificuldades em função de comportamentos, orientações que pais, avós trazem, carregam de suas famílias por gerações, são traços que discriminam,

modificam e podem repercutir, inferiorizar uma pessoa por toda vida. Uma vez que interferem em sua personalidade e podem prejudicar em suas relações exteriores.

Além disso, deve-se acrescentar e reafirmar a importância da escola nesse processo. Precisa-se tratar esses temas como parte dos conteúdos, as relações entre os profissionais devem ser pautadas na equidade. Se a internet, os meios de comunicação aproxima as pessoas de forma igual. Então, faz-se necessário entender que apesar das diferenças, todos têm os mesmos direitos.

É importante ressaltar que houveram ganhos nesses anos de luta, políticas públicas voltadas às questões das mulheres, Criação da Secretaria da Mulher, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, leis, programas sociais.

A educação, de forma geral é o instrumento de mudança, de comportamento e percepção das pessoas quanto às questões de gênero e raciais.

A mobilização das instituições públicas, ongs, iniciativa privada também devem ser incentivadas a mudarem seu olhar, por meio de orientações, abrindo possibilidades não somente de oferecer condições para estudar e qualificarem-se como também criar mais oportunidades de empregabilidade, atenção igualitária à saúde, alimentação, creches, moradia, educação, lazer possibilitando assim qualidade de vida.

As mulheres negras, infelizmente, ainda sofrem com a desigualdade de gênero e cor, ainda são as mais discriminadas, as que mais trabalham em serviços domésticos, são as que mantêm seus lares, as menos qualificadas para o mercado de trabalho, as que ganham menos de acordo com pesquisas do PNAD, IBGE, IPEA, DIEESE.

Tem o objetivo, por meio da pesquisa, mostrar alguns aspectos da realidade dessas mulheres, como também a importância de lutas por melhores condições de vida e de trabalho. A importância de fazer valer direitos à melhores oportunidades de trabalho, educação, qualificação, creches e políticas públicas específicas que garantam seus direitos. Espero que contribua para que esse grupo específico tenha a devida visibilidade e que seus direitos como cidadãos sejam reconhecidos, diante disso ainda temos muitas lutas e caminhos a trilhar.

5. Considerações Finais

No decorrer da história o preconceito contra a mulher negra fez com que além de escrava fosse tratada como mercadoria, escravizadas por seus patrões além de servirem sexualmente seus senhores.

Com o passar do tempo, pode-se observar por meios de estudos que as questões de gênero e raça reforçam a desigualdade.

De acordo com os indicadores sociais, as mulheres negras são as que ganham os menores salários, ocupam a maioria das ocupações informais, precárias e quando possuem boa qualificação ganham menos que os homens. Infelizmente, a inclusão das mulheres no mercado de trabalho é marcada pela discriminação, as pesquisas demonstram essa questão de desigualdade salarial.

As mulheres conquistaram direitos, como prevê a Constituição Federal, dando direitos iguais a todos, porém o machismo ainda impede que na prática esses direitos sejam respeitados.

Os movimentos sociais, os movimentos das mulheres e negros, secretarias da mulher e secretaria da igualdade racial precisam continuar na luta pela garantia de que a igualdade seja uma realidade não apenas em órgãos governamentais como também na iniciativa privada, onde a discriminação de gênero e raça fica mais evidente.

Conforme relatos das professoras negras quanto às relações de preconceito e discriminação, nota-se a importância de um trabalho efetivo no cotidiano escolar que envolva todos os profissionais, alunos e a comunidade com ênfase ao gênero, raça e diversidade.

Embora a escolha pela profissão de professora/magistério tenha sido influenciada pelas famílias, há confissão acerca da satisfação pessoal pelo exercício da função, além disso, são concursadas e ganham os mesmos salários que as demais profissionais da área e, nesse sentido, sentem-se iguais.

REFERÊNCIAS

- ATAÍDE, Marlene Almeida. **A mulher negra no mercado de trabalho.** Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386736669_Arquivo_MarleneAlmeidadeAtaide.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2014.
- ABRAMO, Laís. **Desigualdades de Gênero e Raça no Mercado de Trabalho Brasileiro.** Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=50009-67252006000400020&script=sci_arttext>. Acesso em: 23 de maio de 2014.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as mulheres.** Brasília. Disponível em: <<http://spm.gov.br/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015.pdf>>. Acesso em: 22 de Agosto de 2013.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.** Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2014
- COSTA, Rosilene Silva Santos da. **A mulher negra e o mercado de trabalho.** Disponível em: <<http://www.itaporanga.net/genero/1/gt10/17.pdf>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2014.
- DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década aos anos 2000/Departamento Intersindical de Estatística Socioeconômico.** Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/livro/2012/livrosituacaotrabalhoBrasil.pdf>>. Acesso em: 22 de abril de 2014.
- **Estatuto da igualdade racial.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato_2007-2010/lei/L12288.htm>. Acesso: 01 de julho de 2014.
- **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/ GPPGeR: módulo VI/ Orgs. Maria Luiza Heiborn, Leila Araújo, Andréia Barreto.** Rio de Janeiro: CEPESC: Brasília: Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, 2011.

- **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça / GPP-Ger): módulos I, II, III, IV, V e VI.** Organizadoras: Maria Luíza Heilborn, Leila Araújo, Andreia Barreto. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Política para as Mulheres, 2010.
- **IBGE. Mapa do mercado de Trabalho.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatística/população/mapa-mercado-trabalho/notastecnicas.shtml>>. Acesso em: 21 de Maio de 2014.
- **GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA.** Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 40. Disponível em: <http://www.portal.mte.gov.br/fisca_trab/acao-afirmativa-igualdade-oportunidades.htm>. Acesso em: 23 de maio de 2014.
- **GOMES, Nilma Lino. Mulheres negras e educação: Trajetórias de vida, histórias de luta.** Disponível em: <http://miniweb.com.br/educadores/artigos/pdf/profas_negras.pdf>. Acesso em: 24 de maio de 2014.
- **MELO, Maria Aparecida Mendonça Toscano de. Legislação do direito do trabalho da mulher: uma perspectiva de sua evolução.** Disponível em: <<http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id-dh=6254>>. Acesso em: 28 de Maio de 2014.
- **MORAES, Eunice Léa de. Relação gênero e raça na política pública de qualificação social profissional.** Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCB072D191C87/construindoidentidades.pdf>>. Acesso em: 24 de abril de 2014.
- **MORESI, Eduardo. Metodologia de pesquisa.** Disponível em: <<http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/metodologiapesquisa-Moresi2003.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2014.
- **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010.** Organização: Leila Linhares Barsted; Jaqueline Pitanguy- Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. Disponível em: <<http://unifem.org.br/sites/700/710/progresso.pdf>>. Acesso em: 26 de abril de 2014.

- OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de; RIOS-NETO, Eduardo Luiz Gonçalves . **Tendências da desigualdade salarial para coortes de mulheres brancas e negras no Brasil.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v36n2a01.pdf>>. Acesso em: 25 de maio de 2014.
- OLIVEIRA, José Reinaldo. **Educação e Racismo: Conhecendo as contradições do passado para construir a escola do futuro.** Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere_2008/anais/pdf/1363-952>. Acesso em: 23 de maio de 2014.
- RAMOS, Lauro. **Mercado de trabalho conjuntura e análise.** Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BA72BFE670D28/bmt_37.pdf>. Acesso em: 26 de abril de 2014.
- ROLAND, E. **O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas - Tirando a Máscara.** Ensaios sobre o racismo no Brasil, 2000.
- SANTOS, Francisco Waleison dos, ALVES, Monica Pereira. **Discriminação do Gênero feminino no âmbito do trabalho.** Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/discriminacao-do-genero-feminismo-no-ambito-do-trabalho/71858/pdf>>. Acesso em: 27 de março de 2014.
- SILVA, Maria Nilza da. **Mulheres Negras: O preço de uma trajetória de sucesso.** PUC/SP, dissertação/mestrado, 1999. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/022/22C_Silva.htm>. Acesso em: 22 de maio de 2014.
- SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas.** São Paulo: Contexto, 1998.
- SOARES. Sergei Suarez Dillon. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras.** Disponível em: <<http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td0769.pdf>>. Acesso em 28 de maio de 2014.